

21.05.2015 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: KÓR – Associação para a Formação.
Dr.ªs Carolina Palma e Dalila Paulo.

Recebidos por: Deputadas Inês de Medeiros (PS) e Margarida Almeida (PSD).

Assunto: Apresentação do Projeto PIESI - Projeto de Intervenção para Uma Escola Solidária e Inclusiva.

Exposição: A delegação, composta por Carolina Palma e Dalila Paulo, fez o enquadramento do Projeto PIESI - Projeto de Intervenção para Uma Escola Solidária e Inclusiva, tendo referido que o mesmo era balizado pelo Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors.

Indicaram que a escola, ao longo dos anos, tinha tido muito desenvolvimento da técnica e pouco da vertente emocional e estava organizada por disciplinas, enquanto os adolescentes buscavam vivências. O Projeto em causa pretendia adotar um novo modelo de educação e ver a vida a partir da inclusividade, do todo, sendo este visto a partir das partes, a nível do desenvolvimento emocional. Pretendia-se desenvolver a educação emocional, através da vivência e trazer o amor para a educação, o 3.º incluído, que evita o caos.

Visava trazer o comportamento cordial, a ligação do sentimento à ação, a capacidade de gerir emoções e de as transformar, a auto-gestão e a transparência entre discurso e ação.

Também a baliza do respeito pelo tempo do outro, do professor, do adulto. Pretende-se levar o jovem a criar um ambiente inclusivo na escola. A criança quando sabe o que é fica com disciplina. Atualmente a escola tem uma disciplina imposta ao aluno, mas não é a que ele quer. O Projeto quer que a educação volte à totalidade.

Interveio depois a Deputada Margarida Almeida (PSD), referindo que a escola devia ser de afetos e realçando que os professores não tinham esta formação inicial. Considerou que o aluno não era desinteressado, o professor é que tinha de o motivar.

Referiu depois que o projeto era aliciante e perguntou se era essencialmente sobre alunos. Questionou também se tinham feito comunicação à Direção Geral de Educação para participação na formação e salientou a necessidade de dar formação aos professores.

Enfatizou ainda a mudança de mentalidades e referiu que na formação as últimas eram as crianças, defendendo que os alunos eram rebeldes porque não estavam motivados.

Por último, perguntou qual era o objeto do Projeto em termos de formação.

A Deputada Inês de Medeiros (PS) cumprimentou as presentes pela ambição do Projeto e referiu que envolvia uma transformação da sociedade, defendendo que a escola não podia estar longe da sociedade, da família.

Perguntou depois se o Projeto era sobre alunos e professores e se também tinha implicações a nível de reforma curricular. Questionou ainda sobre o ponto da situação do Projeto no âmbito das 4 escolas de Almada em que estavam a implementá-lo. Por último, defendeu que o poder político devia estar atento, mas não antecipar-se.

Na sequência das perguntas e observações feitas, as representantes da KÓR referiram que se devia acompanhar o desenvolvimento com os ritmos de vida. Esclareceram depois que o Projeto era composto por 2 etapas: 1) Formação dos professores das escolas que aplicariam o Projeto; 2) Aplicação do Projeto pelos professores formados.

Na 1.^a fase, além da formação dos professores, também devia haver o envolvimento dos pais e da restante comunidade educativa, com exceção dos alunos, que tinham um Projeto próprio. Realçaram depois a formação dos professores, para obterem a arte de ensinar, como encontro com o jovem e um trabalho interdisciplinar, orientando o jovem.

Realçaram que a cultura da sala de aula não era no sentido de cada 1 fazer o que gostava e defenderam a necessidade de mudar a configuração, de ter um outro olhar, de flexibilidade no currículo, de mudança.

Informaram ainda que atualmente não pretendiam alterar os currículos vigentes e que isso só poderia acontecer quando os professores e os alunos já tivessem interiorizado a mudança.

A documentação remetida e a gravação da audiência estão disponíveis na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 21 de maio de 2015

A assessora
Teresa Fernandes